



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/SP

Processo nº 08500.030979/2023-16

TERMO DE REFERÊNCIA  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA (Comuns ou especiais)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: maio/2023  
Termo de Referência – Serviços de Engenharia – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico  
Revisado pela Secretaria de Gestão.  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. ~~Contratação de~~ ..... nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado, tipo split, com o fornecimento dos equipamentos/materiais, nas Unidades pertencentes à esta Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado, tipo split, com o fornecimento dos equipamentos/materiais, nas Unidades pertencentes à esta Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo/SP.	Serviço	1	R\$ 3.594.434,34
VALOR SEM BDI				R\$ 3.004.585,77
VALOR TOTAL DO BDI				R\$ 589.848,57
VALOR GLOBAL COM BDI				R\$ 3.594.434,34

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, de instalação de aparelhos de ar condicionado, tipo split, com o fornecimento dos equipamentos/materiais.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

1.4. ~~O prazo de vigência da contratação é de ..... (máximo de 5 anos) contados do(a) ..... , prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

1.4.1. ~~1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica .../...;~~

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no ANEXO VI deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Trata-se da prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split com fornecimento de aparelhos para as delegacias descentralizadas do Estado de São Paulo/SP, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, propiciando à Administração a abertura de procedimentos licitatórios eficientes, econômicos e juridicamente corretos.

2.3. Os endereços de instalação dos aparelhos serão os seguintes:

- 2.3.1. DPF/AQA/SP - ARARAQUARA / SP : Av. Maria Antônia de Camargo Oliveira nº3013, CEP: 14802-230 - Vila Ferroviária
- 2.3.2. DPF/ARU/SP - ARAÇATUBA/SP : Av. Brasília, nº2212 - JD Nova York- Cep:16018-000
- 2.3.3. DPF/BRU/SP - BAURURU/SP : Av. Getulio Vargas, nº20-55 - Vila Aviação - Cep:17017-383
- 2.3.4. DPF/CZO/SP - CRUZEIRO/SP : Av. Nesralla Rubez, 998 / CEP 12710-070
- 2.3.5. DPF/JLS/SP - JALES/SP : Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 197 / CEP 15700-214
- 2.3.6. DPF/MII/SP MARÍLIA/SP : Av. Joquei Clube, nº 87 - CEP: 17521-450
- 2.3.7. DPF/PCA/SP - PIRACICABA/SP : Rua Liberato Macedo, nº 872 - Bairro São Dimas / CEP 13416-090
- 2.3.8. DPF/PDE/SP - PRESIDENTE PRUDENTE/SP : Avenida Luis Cezário, nº 380 – Jd. Colina / CEP 19061-145
- 2.3.9. DPF/RPO/SP - RIBEIRÃO PRETO/SP : Rua João Alves da Silva Jr. nº 546 - Bairro Jardim Canadá / CEP 14095-220
- 2.3.10. DPF/SJK/SP - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP : Av. Tivoli, 44 - Vila Bethânia, S. J. Campos/SP / CEP 12245-481
- 2.3.11. DPF/SSB/SP - SÃO SEBASTIÃO/SP : Rua Fabio Cassio, n.º 18, Porto Grande, São Sebastião/SP, CEP 11608-242
- 2.3.12. DPF/SOD/SP - SOROCABA/SP : Rodovia Raposo Tavares, km 103,5 - Jardim Itanguá / CEP 18052-775
- 2.3.13. DPF/CAS/SP - CAMPINAS/SP : Rua Dr. Antônio Álvares Lobo, 620, Botafogo / CEP 13020-110
- 2.3.14. DPF/STS/SP - SANTOS/SP : Rua Riachuelo, 27 - Centro - Santos - SP - CEP: 11010-021

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [...]
- II) Data de publicação no PNCP: [...]
- III) Id do item no PCA: [...]
- IV) Classe/Grupo: [...]
- V) Identificador da Futura Contratação: [...]

OU

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO] 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, incluindo:

3.2. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split com fornecimento de aparelhos para as delegacias descentralizadas do Estado de São Paulo/SP.

3.3. Estes documentos deverão embasar de forma clara e objetiva a execução da prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split com fornecimento de aparelhos para as delegacias descentralizadas do Estado de São Paulo/SP, nesta contratação com base na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

3.4. A solução encontrada foi a contratação de uma única empresa para execução dos serviços indicados na planilha orçamentária. Essa solução tem como base a interdependência dos serviços que se complementam como um todo, o que inviabiliza a contratação de várias empresas para execução do objeto deste termo de referência. A manutenção da garantia dos equipamentos requer que a empresa fornecedora dos equipamentos seja a responsável pela instalação.

3.5. As soluções de engenharia e de arquitetura se complementam em uma única solução. O parcelamento do objeto foi descartado, por inviabilidade técnica, operacional e por medida de segurança jurídica, diante da unicidade do serviço, onde, por exemplo, a não entrega de parte dos aparelhos em algumas delegacias, impossibilitará a realizações das adaptações necessárias, causando grandes prejuízos à Administração.

3.6. Sob o enfoque administrativo e jurídico, a opção do parcelamento seria equivocada por demandar várias contratações, instrumentalização, gestão e fiscalização dos contratos, resultando em maior gasto financeiro, de tempo e pessoal envolvido, aumento de ocorrências passíveis de sanções contratuais gerando incerteza na definição das responsabilidades, haja vista a possível multiplicidade de empresas prestadoras de serviço.

3.7. Em razão da interligação entre os serviços de engenharia, existirá sempre a dependência de operação, ou seja, se um falhar, repercutirá sobre o outro. Caso haja várias empresas CONTRATADAS (uma para cada serviço), fica enorme a impossibilidade de determinar de quem é a responsabilidade, dificultando a adoção de providências cabíveis;

3.8. Sob o aspecto econômico, a contratação de uma única pessoa jurídica proporcionará vantagens econômicas à Administração Pública, com a redução de custos e despesas e com o ganho de economia de escala, de modo a obter uma contratação mais vantajosa para a Administração.

3.9. Os aparelhos serão instalados em cada delegacia conforme descrito abaixo:

3.10.

ARARAQUARA			
TIPO DE APARELHO / LOCAL	TENSÃO	CAPACIDADE NOVA	DISTANCIA DE TUBULAÇÃO
Ar Condicionado Split - Passaporte	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Protocolo/CV/Químicos/Sinarm	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NAD/Sala Logística	220V	12.000 BTUS	15,0m
Ar Condicionado Split - Servidor Informática	220V	24.000 BTUS	19,0m
Ar Condicionado Split - Servidor Informática	220V	24.000 BTUS	17,0m
Ar Condicionado Split - Servidor Informática	220V	12.000 BTUS	14,0m
Ar Condicionado Split - Cartório Frente	220V	36.000 BTUS	7,0m
Ar Condicionado Split - Cartório Fundos	220V	36.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - DPF André	220V	12.000 BTUS	4,0m
Ar Condicionado Split - DPF Nelson	220V	12.000 BTUS	4,0m
Ar Condicionado Split - DPF Sidney	220V	12.000 BTUS	4,0m
Ar Condicionado Split - DPF Luciane	220V	12.000 BTUS	4,0m
Ar Condicionado Split - DPF Salomão	220V	12.000 BTUS	4,0m
Ar Condicionado Split - Secretaria	220V	36.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - GAB Chefe-Antesala	220V	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - GAB Chefe	220V	12.000 BTUS	10,0m
Ar Condicionado Split - Núcleo de Análise (NA)	220V	24.000 BTUS	7,0m
Ar Condicionado Split - Núcleo de Inteligência (NI)	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Núcleo de Operação (NO) - Antesala	220V	24.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - Núcleo de Operação (NO)	220V	36.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - Núcleo de Operação (NO)	220V	24.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - Alojamento	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Sala de Informática	220V	12.000 BTUS	13,0m
Ar Condicionado de Janela - Secretaria	220V	12.000 BTUS	3,0 m
Ar Condicionado de Janela - Secretaria	220V	12.000 BTUS	3,0 m
Ar Condicionado de Janela - Estrangeiro	220V	12.000 BTUS	3,0 m
Ar Condicionado de Janela - NI	220V	12.000 BTUS	3,0 m
Ar Condicionado de Janela - NO	220V	12.000 BTUS	3,0 m
Ar Condicionado de Janela - Auditório	220V	12.000 BTUS	3,0 m
Ar Condicionado de Janela - Passaporte	220V	12.000 BTUS	3,0 m
Ar Condicionado de Janela - Antesala NO	220V	12.000 BTUS	3,0 m

BTU	QTDADE	METROS
12.000	20	110
24.000	7	61
36.000	4	22

12.000	24.000	36.000
15	3	
14	3	
4	19	
4	17	
4	7	
4	6	
4	6	
8	61	
10		
3		
3		
13		
3		
3		
3		
3		
3		
3		
110		

ARAÇATUBA				BTU	QTDADE	METROS
TIPO DE APARELHO / LOCAL	TENSÃO	CAPACIDADE NOVA	DISTANCIA DE TUBULAÇÃO	12000	6	18
Ar condicionado Split - Sala DPF	220v	36.000 BTUS	3,0 m	24000	20	60
Ar condicionado Split - Sala DPF	220v	24.000 BTUS	3,0 m	36000	5	15
Ar condicionado Split - Sala DPF	200v	24.000 BTUS	3,0 m	60000	3	9
Ar condicionado Split - Sala DPF	220v	24.000 BTUS	3,0 m			
Ar condicionado Split - Sala DPF	220v	24.000 BTUS	3,0 m			

12000	24000	36000	60000
3	3	3	
3	3	3	
3	3	3	
3	3	3	
3	3	3	
3	3	15	

Ar condicionado Split - Sala DPF	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala UIP (entrada)	220v	12.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala 1 UIP	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala UIP (escritório)	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala UIP (escritório)	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala UIP (escritório)	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala Cartório Central	220v	36.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala Cartório 1	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala Cartório 2	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala Cartório Central	200v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala Cartório Central	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala Cartório Central	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala T. I	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala T. I	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Piso Teto - Saguão de espera	220v	60.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Piso Teto - Saguão de espera	220v	60.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala UAD	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala Secretaria	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala Passaporte	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala Sinarm	220v	12.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala CV/CPQ	220v	36.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala UOP	220v	36.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala UOP	220v	36.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala UTC	220v	60.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala UTC	220v	60.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split – alojamento	220v	12.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala (Deposito)	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Sala (Deposito)	220v	12.000 BTUS	3,0 m
Cortina de AR (porta de entrada do saguão de espera)	220v	12.000 BTUS	3,0 m

[illegible]

BAURU			
TIPO DE APARELHO / LOCAL	TENSÃO	CAPACIDADE NOVA	DISTANCIA DE TUBULAÇÃO
Ar condicionado Split - GABINETE	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Secretaria	220v	12.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - Atendimento NUMIG	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Atendimento NUMIG	220v	24.000 BTUS	4,0m
Ar condicionado Split - Sala NUMIG	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado (ACJ) - Sala SINARM	220v	24.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - EPF PRADO	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - EPF MORANDINI	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - EPF ZANETTI	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - EPF MARIANE	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - EPF AMANDA	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - EPF Paleari	220v	12.000 BTUS	3,0m
AR condicionado Split - EPF KIBATA	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - EPF BASTOS	220v	12.000 BTUS	3,0m
AR condicionado Split - EPF EDCARLOS	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Cartório 09.000 BTUS	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Cartório central	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Sala RODRIGO	220v	12.000 BTUS	5,0m
Ar condicionado Split - Sala N.A	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Sala N.A	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Sala N.O	220v	24.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Chefia N.O	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - DPF GUSTAVO	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado (ACJ) - DPF SALOMAO	220v	12.000 BTUS	3,0 m
Ar condicionado Split - DPF EMERSON	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - DPF KAREN	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split DPF OSCAR	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split- DPF ARAKI	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - DPF CASSIO	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - DPF FANTON	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Sala Técnica	220v	24.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Sala Técnica	220v	24.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Sala Técnica	220v	24.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Auditório	220v	24.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Sala EPF FLOES	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split	220v	24.000 BTUS	<b>3,0 m</b>
Ar condicionado Split - Dormitório	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Sala Fabiano	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - Hall de Entrada	220v	24.000 BTUS	19,0m
Ar condicionado Split - Guarita	220v	12.000 BTUS	3,0m

BTUS	QTDADE	METROS
12000	32	95
24000	10	47

[illegible]

Ar condicionado Split - DPF LUCIANE	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar condicionado Split - DPF ANA	220v	12.000 BTUS	3,0m

CRUZEIRO			
TIPO DE APARELHO / LOCAL	TENSÃO		DISTANCIA DE TUBULAÇÃO
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - NO	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - GABINETE 2	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NO	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - GABINETE 3	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - GABINETE 4	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - GABINETE 4	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - SINARM	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split (Piso-Teto) - Recepção	220V	36.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - Estrangeiro	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Secretaria	220V	36.000 BTUS	5,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - CARTORIO 2	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - CARTORIO 1	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - NI	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NI	220V	24.000 BTUS	5,0m
Ar Condicionado Split - TI	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - TI	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - TI	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NI	220V	24.000 BTUS	5,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - Cartório 1	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Gabinete 1	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - Gabinete 1	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - Gabinete 2	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - MANUTENÇÃO	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NO	220v	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - Passaporte	220V	12.000 BTUS	3,0m

CAMPINAS			
TIPO DE APARELHO / LOCAL	TENSÃO	CAPACIDADE NOVA	DISTÂNCIA DE TUBULAÇÃO
Ar condicionado Split - DPF Edson	220v	24.000	9 m
Ar condicionado Split - DPF Martinelli	220v	24.000	8 m
Ar condicionado Split - DPF ANDRE	220v	12.000	12 m
Ar condicionado Split - EPF ELIEL	220 v	24.000	14 m
Ar condicionado Split - PCF David	220v	24.000	4 m
Ar condicionado Split - Laboratório NUTEC	220v	12.000	8 m
Ar condicionado Split - DPF MARCIANO	220 v	12.000	20 m
Ar condicionado Split - Estacionamento	220 v	60.000	7 m
Ar condicionado Split - PCF Matheus	220v	24.000	9,5 m
Ar condicionado Split - Sala manutenção	220v	12.000	3 m
Ar condicionado Split - Deposito subsolo 1°	220v	12.000	14 m
Ar condicionado Split - Deposito subsolo 2°	220v	12.000	14 m
Ar condicionado Split - Hall auditório	220v	12.000	20 m
Ar condicionado Split - Alojamento 01	220v	36.000	14 m
Ar condicionado Split - Alojamento 02	220v	12.000	7 m
Ar condicionado Split - Protocolo	220v	24.000	7 m
Ar condicionado Piso/Teto - Recepção	220v	36.000	19 m
Ar condicionado Piso/Teto - Datacenter 01	220v	60.000	17 m
Ar condicionado Piso/Teto - Datacenter 02	220v	60.000	10 m
Ar condicionado Split - Depósito Subsolo 01	220v	12.000	3 m
Ar condicionado Split - Depósito Subsolo 02	220v	12.000	3 m
Ar condicionado Split - Academia1	220 v	36.000	16 m

BTUS	QTDADE	METROS
12000	14	42
24000	9	31
36000	2	13

12000	24000	36000
3	3	8
3	3	5
3	3	13
3	5	
3	3	
3	3	
3	3	
3	5	
3	3	
3		
3	31	
3		
3		
3		
42		

BTUS	QTDADE	METROS
60000	3	34
24000	6	51,5
12000	11	107

24000	12.000	60000
9	12	7
8	8	17
14	20	10
4	3	34
9,5	14	
7	14	
51,5	20	
	7	
	3	
	3	
	3	
	107	





[illegible]

BTUS	QTDAD	METROS
12000	25	94
24000	2	9
60000	7	23

[illegible]

12000	34	291
24000	12	119
60000	1	10

12000	24000	60000
18	10	10
18	15	
18	4	
6	6	
10	10	
9	20	
9	6	
9	10	
9	22	
3	5	
6	5	
10	6	
10	119	

Ar Condicionado Split - Comissão de Vistoria	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Sala 1º andar	220v	12.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - Sala Protocolo NAD	220v	24.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - Recepção	220v	60.000 BTUS	10,0m
Ar Condicionado Split - Refeitório	220v	12.000 BTUS	10 m
Ar Condicionado Split - Sala Evidência	220v	24.000 BTUS	10,0m
Ar Condicionado Split - Sala Plantão	220v	12.000 BTUS	10 m
Ar Condicionado Split - Sala Plantão	220v	12.000 BTUS	6 m
Ar Condicionado Split - Sala Vitor Hugo	220v	12.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - Sala Vitor Hugo Secretaria	220v	12.000 BTUS	8 m
Ar Condicionado Split - Sala André Poza Secretaria	220v	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - Sala BATTAUS	220v	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - Sala Servio Caldeira Gama	220v	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - GABINETE SECRETARIA	220v	24.000 BTUS	20 m
Ar Condicionado Split - EPF RENATO	220v	12.000 BTUS	10 m
Ar Condicionado Split - LAB PERICIA	220v	24.000 BTUS	6 m
Ar Condicionado Split - LAB PERICIA	220v	24.000 BTUS	10 m
Ar Condicionado Split - PERICIA 1º ANDAR	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - PERICIA 1º ANDAR	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - PERICIA 1º ANDAR	220v	12.000 BTUS	8 m
Ar Condicionado Split - PERICIA TERREO	220v	18.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - PERICIA TERREO	220v	12.000 BTUS	8 m
Ar Condicionado Split -IMIGRAÇÃO	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - DPF JACKSON	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - EPF MURILO	220v	12.000 BTUS	20m
Ar Condicionado Split - EPF VIEIRA	220v	12.000 BTUS	10 m
Ar Condicionado Split - SALA TÉCNICA	220v	30.000 BTUS	22 m
Ar Condicionado Split - SALA TÉCNICA	220v	24.000 BTUS	22 m
Ar Condicionado Split - UIP	220v	12.000 BTUS	10 m
Ar Condicionado Split - APF CHRISTIAN	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NO 1	220v	24.000 BTUS	5 m
Ar Condicionado Split - NO 2	220v	24.000 BTUS	5 m
Ar Condicionado Split - NO 2	220v	12.000 BTUS	5 m
Ar Condicionado Split - SINARM	220v	24.000 BTUS	6 m
Ar Condicionado Split - DPF MARCELO	220v	12.000 BTUS	18 m
Ar Condicionado Split - ANEXA GAB DPF MARCELO	220v	18.000 BTUS	18 m
Ar Condicionado Split - LUCIANA GUINELLI	220v	18.000 BTUS	18 m
Ar Condicionado Split - deposito 3 - Maurilia	220v	12.000 BTUS	4m

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS			
TIPO DE APARELHO / LOCAL	TENSÃO		DISTÂNCIA DE TUBULAÇÃO
Ar Condicionado Split - Recepção	220v	24.000 BTUS	15m
Ar Condicionado Split - Sala do Plantão	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Setor Estrangeiro (101)	220v	24.000 BTUS	11m
Ar Condicionado Split - Secretaria (102)	220v	24.000 BTUS	5,5m
Ar Condicionado Split - Chefia N.O ( 109)	220v	24.000 BTUS	4,0m
Ar Condicionado Split - N.O ( 110 )	220v	24.000 BTUS	5,5m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - Alojamento ( 111 )	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Cartório 1 e 2 ( 105 )	220v	24.000 BTUS	4,0m
Ar Condicionado Split - Cartório 3 e 4 ( 106 )	220v	24.000 BTUS	4,0m
Ar Condicionado Split - Cartório 5 e 6 ( 107 )	220v	24.000 BTUS	4,0m
Ar Condicionado Split - Sala Técnica 1 ( 108 )	220v	24.000 BTUS	7,5m
Ar Condicionado Split - Sala Técnica 2 ( 108 )	220v	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - SINARM ( 103 )	220v	24.000 BTUS	4,0m
Ar Condicionado Split - Comissão / Vistoria ( 104 )	220v	24.000 BTUS	4,5m
Ar Condicionado Split - UTEC 1 (207)	220v	24.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - Sala Dr. Machado (204)	220v	12.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - Sala Dra Patricia ( 201 )	220v	24.000 BTUS	11m
Ar Condicionado Split - Delegado Geral ( 206 )	220v	24.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - UTEC 2 (208)	220v	24.000 BTUS	11m
Ar Condicionado Split - Perícia ( 209 )	220v	24.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - GABINETE 14 (202)	220v	24.000 BTUS	6,5m
Ar Condicionado Split - Nucleo de Inteligencia ( 112 )	220v	24.000 BTUS	4,5m
Ar Condicionado de Janela (ACJ) - Dormitório Plantão	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Sala Dr Rony ( 205 )	220v	12.000 BTUS	11m
Ar Condicionado Split - Sala 203 (Particular Dr. Ricardo)	220v	12.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - Sala - UADIP	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Sala 14 - Cartório	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Sala 13 - NO	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Sala 11 - GABINETE 2	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Sala 10 - GABINETE 1	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Sala 15 - UIP	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Sala 17 - Passaporte	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Sala 08 - Copa	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - ADM	220v	12.000 BTUS	3,0m

6		
6		
8		
8		
8		
8		
10		
3		
3		
8		
8		
3		
3		
20		
10		
10		
3		
5		
4		
18		
4		
291		

BTUS	QTTDADE	METROS
12000	17	65
24000	25	141

12000	24000
3	15
3	11
6	5,5
3	4
11	5,5
6	4
3	4
3	4
3	7,5
3	3
3	4
3	4,5
3	6
3	11
3	6
3	11
3	6
65	6,5
	4,5
	3
	3
	3
	3
	3
	141





Ar Condicionado Split - NUTEC Sala 1-03	220V	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - NUTEC Sala 1-04	220V	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - UID Sala 1-05	220V	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - UID Sala 1-05	220V	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - NUCART Sala 1-06	220V	24.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - NUMIG Sala M-01	220V	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - NUMIG Sala M-01	220V	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - NUMIG Sala M-02	220V	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - MEZANINO Sala M-03	220V	12.000 BTUS	8,0m
Ar Condicionado Split - NUMIG/PASSAPORTE	380V	60.000 BTUS	11,0m
Ar Condicionado Split - NUMIG/PASSAPORTE	380V	60.000 BTUS	11,0m
Ar Condicionado Split - NUMIG/PASSAPORTE	3800V	60.000 BTUS	11,0m
Ar Condicionado Split - NUMIG Sala T-02	220V	12.000 BTUS	10,0m
Ar Condicionado Split - PLANTÃO Sala T-09	220V	12.000 BTUS	11,0m
Ar Condicionado Split - PROTOCOLO Sala T-08	220V	12.000 BTUS	11,0m
Ar Condicionado Split - Hall de Entrada	220V	24.000 BTUS	13,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM ANEXO/CHEFIA	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM ANEXO Sala 01	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM ANEXO Sala 02	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM ANEXO Sala 03	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM ANEXO GUARITA	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM PLANTÃO	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM Dormitório 01	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM Dormitório 02	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM Dormitório 03	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM Secretária	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM Refeitório	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM Servidor	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM Servidor	220V	24.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - NEPOM Vestiário	220V	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - CV/SINARM	220V	36.000 BTUS	10m
Ar Condicionado Split - CV/SINARM	220V	36.000 BTUS	10m
Ar Condicionado Split - CV/SINARM	220V	36.000 BTUS	10m
Ar Condicionado Split - CV/SINARM	220V	12.000 BTUS	10m
Ar Condicionado Split - CV/SINARM	220V	12.000 BTUS	10m

SÃO SEBASTIÃO			
TIPO DE APARELHO / LOCAL	TENSÃO		DISTÂNCIA DE TUBULAÇÃO
Ar Condicionado Split - Sala - UADIP	220v	12.000 BTUS	18 m
Ar Condicionado Split - Sala 14 - Cartório	220v	12.000 BTUS	18 m
Ar Condicionado Split - Sala 13 - NO	220v	12.000 BTUS	18 m
Ar Condicionado Split - Sala 11 - GABINETE 2	220v	12.000 BTUS	6 m
Ar Condicionado Split - Sala 10 - GABINETE 1	220v	12.000 BTUS	10 m
Ar Condicionado Split - Sala 15 - UIP	220v	24.000 BTUS	10 m
Ar Condicionado Split - Sala do servidor	220v	24.000 BTUS	15,0m
Ar Condicionado Split - Sala do servidor	220v	12.000 BTUS	9,0m
Ar Condicionado Split - Sala 16 - Sinarm	220v	12.000 BTUS	9,0m
Ar Condicionado Split - Sala 17 - Passaporte	220v	12.000 BTUS	9,0m
Ar Condicionado Split - Sala 18 - Chefia NPA	220v	12.000 BTUS	9,0m
Ar Condicionado Split - Recepção	220v	24.000 BTUS	4 m
Ar Condicionado Split - Recepção	220v	12.000 BTUS	3,0m
Ar Condicionado Split - Copa	220v	12.000 BTUS	6,0m
Ar Condicionado Split - Alojamento	220v	24.000 BTUS	6,0m

BTUS	QTDAD	METROS
12000	12	127
24000	4	35

12000	24000
18	10
18	15
18	4
6	6
10	35
9	
9	
9	
3	
6	
12	
127	

SOROCABA			
TIPO DE APARELHO / LOCAL	TENSÃO	CAPACIDADE NOVA	DISTÂNCIA DE TUBULAÇÃO
Segurança Privada PF Osvaldo (Split)	220v	12.000 BTUS	3,0 m
PF Mozart TI (Split)	220v	12.000 BTUS	3,0 m
DN Marisa (Split)	220v	12.000 BTUS	3,0 m
PF Marcos UTRAN/USINARM (Split)	220v	12.000 BTUS	3,0 m
PF Marcos UTRAN/USINARM (ACJ)	220v	12.000 BTUS	3,0 m

BTUS	QTDAD	METROS
12000	47	141
24000	7	21
60000	1	3

12000	24000	60000
3	3	3
3	3	
3	3	
3	3	
3	3	
3	3	



durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

4.3.1.4. Utilização de revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza, e que favoreçam o conforto térmico e acústico das edificações;

4.3.1.5. Previsão de espaço físico específico para a coleta e armazenamento de materiais recicláveis;

4.3.1.6. Prioridade ao emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação dos serviços.

4.3.2. Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 (Dispõe sobre a utilização de cilindros para o envazamento de gases<sup>147</sup> que d estroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências.)

4.3.3. Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal);

4.3.4. Estabelece especificações técnicas para os procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano.

4.3.5. Para o recolhimento e transporte de CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e Halons 1211, 1301 e 2402, é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes.

4.3.6. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados.

4.3.7. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamentos adequados, ou acondicionada em recipientes e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

4.3.8. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

4.3.9. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
- b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
- c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
- d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
- e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H1301 e H-2402;
- f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
- g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
- h) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.
- i) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.”

4.3.10. As instalações deverão ser entregues limpas e desimpedidas de todo e qualquer entulho ou pertence, e com as instalações em perfeito funcionamento.

**Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021) –**

4.4. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (---)

**Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (Inciso III do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)**

4.5. Diante das conclusões extraídas do processo n.\_\_\_\_\_, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

4.6. a) ---

4.7. b) ---

4.8. e) ---

**Da exigência de carta de solidariedade (Inciso IV do art. 41 da lei nº 14.133, de 2021)**

4.9. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

**Subcontratação**

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual:

OU –

4.11. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições: –

4.11.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (---);

4.11.2. A subcontratação fica limitada a ..... [parcela permitida/percentual]

4.12. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.12.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

4.13. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.14. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes

ao objeto da subcontratação.

4.15. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

#### **Garantia da contratação**

4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

OU

4.17. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.18. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.19. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.20. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.21. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

4.21.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

4.21.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021

4.22. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.23.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.23.3. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.23.5. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.23.7. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

4.24. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

4.26. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.28. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.30. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.34. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.36. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.38. Será considerada extinta a garantia:

4.39.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.39.3. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

4.40. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.42. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

#### **Vistoria**

4.44. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

OU

4.45. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das ..... horas às ..... horas.—

4.46. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.—

4.47. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.—

4.47.1. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]

4.47.2. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]

4.48. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.49. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.50. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, em razão da complexidade técnica do serviço, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (11) 3538-5581, quando será emitido Termo de Vistoria, comprovando que o responsável técnico da empresa vistoriou o local dos serviços e esclareceu todas as dúvidas de ordem técnica e legais.

4.52. **Locais da vistoria:**

4.53.1. DPF/AQA/SP - ARARAQUARA / SP : Av. Maria Antônia de Camargo Oliveira nº3013, CEP: 14802-230 - Vila Ferroviária (16)2108-5100

4.53.2. DPF/ARU/SP - ARAÇATUBA/SP : Av. Brasília, nº2212 - JD Nova York- Cep:16018-000 (18)3117-2300

4.53.3. DPF/BRU/SP - BAURU/SP : Av. Getulio Vargas, nº20-55 - Vila Aviação - Cep:17017-383 (14)3312-3100

4.53.4. DPF/CZO/SP - CRUZEIRO/SP : Av. Nesralla Rubez, 998 / CEP 12710-070 (12)2122-2901

- 4.53.5. DPF/JLS/SP - JALES/SP : Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 197 / CEP 15700-214 (17)3122-6090
- 4.53.6. DPF/MII/SP - MARÍLIA/SP : Av. Joquei Clube, nº 87 - CEP: 17521-450 (14)3303-3000
- 4.53.7. DPF/PCA/SP - PIRACICABA/SP : Rua Liberato Macedo, nº 872 - Bairro São Dimas / CEP 13416-090 (19)3301-5203
- 4.53.8. DPF/PDE/SP - PRESIDENTE PRUDENTE/SP : Avenida Luis Cezário, nº 380 – Jd. Colina / CEP 19061-145 (18)3344-3021
- 4.53.9. DPF/RPO/SP - RIBEIRÃO PRETO/SP : Rua João Alves da Silva Jr. nº 546 - Bairro Jardim Canadá / CEP 14095-220 (16)3238-5218
- 4.53.10. DPF/SJK/SP - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP : Av. Tivoli, 44 - Vila Bethânia, S. J. Campos/SP / CEP 12245-481 (12)3202-7113
- 4.53.11. DPF/SSB/SP - SÃO SEBASTIÃO/SP : Rua Fabio Cassio, n.º 18, Porto Grande, São Sebastião/SP, CEP 11608-242 (12)2122-2947
- 4.53.12. DPF/SOD/SP - SOROCABA/SP : Rodovia Raposo Tavares, km 103,5 - Jardim Itanguá / CEP 18052-775 (15)3416-5200
- 4.53.13. DPF/CAS/SP - CAMPINAS/SP : Rua Dr. Antônio Álvares Lobo, 620, Botafogo / CEP 13020-110 (19)3345-2200
- 4.53.14. DPF/STS/SP - SANTOS/SP : Rua Riachuelo, 27 - Centro - Santos - SP - CEP: 11010-021 (13)3213-1801

4.54. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.55. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.56. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue em “pen-drive”, **desde que traga sua própria mídia para gravação**, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.57. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. **Início da execução do objeto: xxx dias [da assinatura do contrato] OU [da emissão da ordem de serviço];**
- 5.1.2. **Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: (...)**
- 5.1.3. **Cronograma de realização dos serviços:**
- 5.1.4. **Etapas... Período / a partir de / após concluído ...**
- 5.1.5. **A execução de todos os serviços contratados obedecerá rigorosamente as especificações deste termo de referência e anexos.**

5.2. A execução dos serviços será iniciada na data da emissão de ordem de serviço, após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil, cujas etapas observarão o seguinte cronograma:

- 5.3.1. O prazo de execução dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias corridos.
- 5.3.3. A Empresa responsável por estes serviços deverá seguir integralmente todos os serviços constantes na Planilha de Estimativa de Custo e Formação de Preços e do Caderno de Encargos.
- 5.3.5. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, consoante critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório.
- 5.3.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 5.3.9. Além dos documentos a serem produzidos resultantes dos serviços elencados no item 02, também deverão ser entregues e/ou realizados pela Contratada:
- 5.3.10.1. Elaboração de documentos Técnicos de Engenharia para aprovação das adaptações nos órgãos públicos competentes;
- 5.3.10.3. Outros serviços que sejam necessários para a realização do escopo deste TR;
- 5.3.10.5. Apresentar ART – Anotação de Responsabilidade Técnica para os serviços realizados;
- 5.3.10.7. Demais documentação pertinente a contratação quando for solicitado;
- 5.3.10.9. reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90.
- 5.3.11. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscalização técnica designada, acompanhados dos profissionais encarregados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 5.3.13. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.
- 5.3.15. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.
- 5.3.17. Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.
- 5.3.19. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.3.20.1. O gestor ou equipe técnica do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.
- 5.3.20.3. O gestor ou equipe técnica do contrato, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.
- 5.3.20.5. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
- 5.3.20.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### Local e horário da prestação dos serviços

- 5.6. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: São os mesmos endereços listados no item para vistoria
- 5.7. Os serviços serão prestados no seguinte horário: [...]

### Materiais a serem disponibilizados



5.8. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 5.8.1. **Conforme Anexo VI deste Termo de Referência.**
- 5.8.2. [.....];
- 5.8.3. [.....];
- 5.8.4. [.....];

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.9. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.9.1. **O Caderno de Encargos apresenta as particularidades e as necessidades desta contratação, conforme ANEXO II deste Termo de Referência;**
- 5.9.2. **Apresentação detalhada da Planilha de Custo e Formação de Preços, conforme ANEXO VI deste Termo de Referência.**
- 5.9.3. **Os aparelhos serão instalados em cada delegacia conforme descrito na tabela item 3.10 deste Termo de Referência.**
- 5.9.4. [.....];
- 5.9.5. [.....];
- 5.9.6. [.....];

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.10. ~~O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).~~

~~OU~~

5.11. ~~O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo \_\_\_\_\_ ( ) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

5.12. **As disposições da garantia do serviço e dos equipamentos/materiais constam no caderno de encargos e especificações técnicas, anexo II deste Termo de Referência.**

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.13. ~~Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];~~

- 5.13.1. ---
- 5.13.2. ---
- 5.13.3. ---

~~OU~~

5.14. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. Representar a CONTRATANTE no local de execução dos serviços;

6.18.3. Conhecer a descrição dos serviços a serem executados (tipo de serviço, prazos, locais, material a ser empregado, etc);

6.18.5. Realizar acompanhamento e fiscalização, de acordo com as normas vigentes;

6.18.7. Realizar juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

6.18.9. Proceder as medições nos serviços executados, conferindo-os, atestando-os e encaminhando-os ao Fiscal Administrativo para remessa à Sede para a remuneração correspondente;

6.18.11. Responder as solicitações técnicas demandadas pela contratada;

6.18.13. Realizar vistorias nos trabalhos de campo verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas e indicações de segurança;

6.18.15. Emitir relatórios técnicos, laudos e pareceres sobre os resultados das Fiscalizações efetuadas;

6.18.17. Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.18.19. Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;

6.18.21. Manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento;

6.18.23. Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual;

6.18.25. Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição às expensas da contratada, no todo ou em parte, quando forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato ou de materiais empregados;

6.18.27. Promover, quando couber, os registros pertinentes no módulo do SIASG destinado à fiscalização do contrato;

6.18.29. Emitir Termo de Recebimento Provisório dos Serviços.

6.18.31. Avaliar constantemente a execução do objeto, utilizando, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelos previstos no Anexo XIII, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, fazendo o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos;

6.18.33. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto (Planilha de Medição) ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

6.18.35. Ordenar a imediata retirada do local, seguida, quando for o caso, da substituição, pela CONTRATADA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente de justificativa por parte da CONTRATANTE, de qualquer de seus empregados que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a atuação da Fiscalização ou cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou inadequados à CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público;

6.18.37. Rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Termo de Referência;

6.19. (---)

6.20. (---)

6.21. (---)

#### **Gestor do Contrato**

6.22. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.23. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.24. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.25. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.26. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.28. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XIV deste Termo de Referência, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item:

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.3.1. A correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida sua qualidade, propondo, sempre que cabível, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;
  - 7.3.2. Acompanhar as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;
  - 7.3.3. Cumprimento do controle de qualidade e o cronograma físico-financeiro;
  - 7.3.4. Conformidade com as especificações do Projeto Básico ou Termo de Referência;
  - 7.3.5. Medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
  - 7.3.6. Medições nos serviços executados, conferindo-os, atestando-os e encaminhando-os ao Fiscal Administrativo para remessa à Sede para a remuneração correspondente;
  - 7.3.7. Conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas e indicações de segurança;
  - 7.3.8. O devido descarte dos produtos ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010;
  - 7.3.9. {.....};
  - 7.3.10. {.....};
  - 7.3.11. {.....};

#### Do recebimento

- 7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
  - 7.4.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de 30 dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
  - 7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
  - 7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
  - 7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
  - 7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
  - 7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
  - 7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
  - 7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
  - 7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente **no prazo de 15 dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
  - 7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - 7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

- 7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento,

tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) / 365 I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### **Forma de pagamento**

7.23. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **~~Antecipação de pagamento~~**

7.27. ~~A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

7.28. ~~O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato ou seja prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

7.29. ~~Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

7.29.1. ~~R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

7.29.2. ~~(...)~~

7.30. ~~Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

7.30.1. ~~No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.~~

7.30.2. ~~O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

7.31. ~~A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

7.32. ~~O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

7.33. ~~A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

7.34. ~~O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:-~~

7.34.1. ~~comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

7.34.2. ~~prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

7.35. ~~O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

#### **Cessão de crédito**

7.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.36.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.37. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.40. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO OU ~~MAIOR DESCONTO~~.

### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será ~~[-;-];~~ a empreitada por preço unitário.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: (-;-)

8.4.1. valor global: conforme valor estimado da licitação

8.4.2. custos unitários relevantes: ~~itens;-;~~ conforme planilha de composição de preços anexa ao Termo de Referência, Anexo VI – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços.

8.4.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global, observando que todos os valores unitários deverão estar iguais ou abaixo do valor de referência do anexo VI - Planilha estimativa de custos e formação de preços.

### **Exigências de habilitação**

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de Engenharia conforme legislação específica.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



- 8.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.27. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.31. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação ~~[capital mínimo] OU patrimônio líquido mínimo de 10% [até 10%] do valor total estimado da contratação OU [valor total estimado da parcela pertinente]~~;
- 8.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.33. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### Qualificação Técnica

- 8.34. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.34.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação
- 8.35. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente. (escrever por extenso, se o caso), em plena validade
- 8.36. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.37. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
- 8.37.1. **Engenheiro Eletricista, Mecânico ou outra formação admitida pelo Conselho responsável para instalação de aparelhos de ar condicionado, responsável pelo Projeto com acervo técnico em projetos de instalação de equipamentos de ar condicionado do tipo split, em edificações comerciais;**
- 8.37.2. ~~Para o (Engenheiro Civil, Elétrico, Mecânico...): serviços de: (...)~~
- 8.37.3. ~~Para o (Arquiteto e Urbanista...): serviços de: (...)~~
- 8.37.4. ~~Para o (Técnico Industrial...): serviços de: (...) etc (...)~~
- 8.38. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 8.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.40. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.40.1. **Fornecimento e instalação de no mínimo 100 (cem) aparelhos de ar condicionado do tipo split;**
- 8.40.2. ~~[...];~~
- 8.40.3. ~~[...];~~
- 8.40.4. ~~[...];~~
- 8.41. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.41.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.41.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.41.3. ~~Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....~~
- 8.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.42.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.42.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 8.42.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$... (por extenso) **R\$ 3.594.434,34 (três milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos no **anexo VI - Planilha estimativa de custos e formação de preços na [tabela acima] OU [em anexo]**;
- ~~OU~~
- 9.2. ~~O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~
- ~~OU~~
- 9.3. ~~O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.~~
- 9.4. ~~A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.~~
- 9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que

inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As informações orçamentárias constam do Edital.

10.2. ~~As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.~~

10.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) — Gestão/Unidade: [...];

II) — Fonte de Recursos: [...];

III) — Programa de Trabalho: [...];

IV) — Elemento de Despesa: [...];

V) — Plano Interno: [...];

10.4. ~~A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

#### 11. DOS ANEXOS

11.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.1.1. ANEXO I - TERMO DE JUSTIFICATIVA TECN. RELEVANTE ;

11.1.3. ANEXO II - CADERNO DE ENCARGOS e ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

11.1.5. ANEXO III - PLANIL. SINTÉTICA DESONERADA

11.1.7. ANEXO IV - PLANIL. SINTÉTICA NÃO DESONERADA

11.1.9. ANEXO V - PLANILHA COMPARATIVA DESONERADA X NÃO DESONERADA

11.1.11. ANEXO VI - PLANILHA EST. DE CUSTOS E FORM. DE PREÇOS - SINTÉTICA

11.1.13. ANEXO VII - PLANILHA EST. DE CUSTOS E FORM. DE PREÇOS - ANALÍTICA

11.1.15. ANEXO VIII - PLANILHA CURVA ABC INSUMOS

11.1.17. ANEXO IX - PLANILHA CURVA ABC SERVIÇOS

11.1.19. ANEXO X - DEMONST. ANALÍTICO DE ENCARGOS SOCIAIS

11.1.21. ANEXO XI - COMPOSIÇÃO DO BDI COM CPRB

11.1.23. ANEXO XII - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

11.1.25. ANEXO XIII- MOD. DECLARAÇÃO VISTORIA OU CONHECIMENTO COND.

11.1.27. ANEXO XIV - MODELO DE INST. DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

11.1.29. ANEXO XV - DOCUMENTOS REFERENTES À RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART/RRT REFERENTES À TOTALIDADE DAS PEÇAS TÉCNICAS PRODUZIDAS POR PROFISSIONAL HABILITADO, CONSOANTE PREVISÃO DO ART. 10 DO DECRETO N. 7983/2013).

São Paulo/SP, na data de assinatura.

FERNANDO FERES BORGES  
Agente de Polícia Federal  
Matrícula SIAPE 1678478



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO FERES BORGES**, Agente de Polícia Federal, em 10/10/2023, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=30893301&crc=3AFE204](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=30893301&crc=3AFE204).  
Código verificador: **30893301** e Código CRC: **3AFE204**.